



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador Manuel Salgado

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia Municipal de
Lisboa
Arq. Helena Roseta
Avenida de Roma 14 P - 2º
1000-265 Lisboa

C/C: Gabinete do Presidente da Câmara
Municipal de Lisboa
Paços do Concelho - Praça do Município
1149-014 Lisboa

Sua referência
OF/0112/AML/16
ENT/613/SG/DAOSM/GAAM/16

Sua data
22-02-2016

Nossa referência
OF/220/GVMS/16

Data
23-02-2016

Assunto: Requerimento n.º 16/2016 - BE - Esclarecimentos às Propostas n.º 814/CM/2015 e 12/CM/2016 - Avenida Fontes Pereira de Melo.

Acuso a receção do OF/0112/AML/16 enviado por V. Exa. ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina, que mereceu a melhor atenção, pelo que esclareço as dúvidas apresentadas pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, sobre as Propostas n.º 814/CM/2015 e 12/CM/2016, nomeadamente:

"1 - Há algum licenciamento válido e em vigor para as obras referidas em (iv) ou para qualquer obra no imóveis referidos em (i)?"

Não. Para o local existe um Pedido de Informação Prévia (Processo n.º 431/EDI/2014), homologado favoravelmente em Sessão de Câmara a 14.01.2015 e deu entrada um Pedido de Licenciamento de Obras de Edificação através do Processo n.º 547/EDI/2015, que se encontra em apreciação.

Foi solicitado, através do Processo n.º 3317/OTR/2015, um pedido de início de trabalhos antecipados de Demolição, nos termos do artigo 81º do RJUE, que foi deferido a 11.05.2015.

Foi igualmente solicitado, através do Processo n.º 6138/OTR/2015, o pedido de início de trabalhos de Escavação, nos termos do n.º 1 ou n.º 2 do artigo 81º do RJUE, que foi deferido a 17.08.2015. Este pedido foi aceite com base na informação favorável no processo referente ao Projeto de Escavações n.º 547/EDI/ESC/2015.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador Manuel Salgado

"2 - Em caso afirmativo, tal licenciamento inclui as obras referidas em (iv) em terrenos do Domínio Público Municipal?"

No pedido de Informação Prévia não estava prevista a ocupação de qualquer área de domínio público ao longo da fachada da Avenida Fontes Pereira de Melo.

Contudo, com o desenvolvimento do projeto de arquitetura e para dar cumprimento ao alinhamento imposto pela CML (alinhamento do edifício adjacente), verificou-se ser necessário proceder à ocupação de uma faixa ao longo da Avenida Fontes Pereira de Melo com uma dimensão média de 30 cm.

O projeto de arquitetura apresentado a licenciamento, bem como o projeto de escavações, preveem a ocupação em subsolo de uma faixa com cerca de 40cm que ultrapassa o alinhamento, para localização de parte da estrutura de contenção. Esta situação é enquadrável no artigo 32º do RMUEL e reflete uma situação corrente na cidade nos últimos 40 anos, onde as fundações ultrapassam os limites do plano de fachada em subsolo e o uso público mantém-se acima do solo.

"3 - Em caso de resposta negativa a qualquer uma das perguntas anteriores foi determinado o embargo das obras pela Câmara Municipal de Lisboa ou pelo Senhor Vereador com competências delegadas e subdelegadas para a prática de tal acto?"

Pese embora os projetos apresentados preverem a ocupação em subsolo do domínio público, quer na Avenida Fontes Pereira de Melo, quer na Avenida 5 de Outubro, foi aceite o início dos trabalhos de escavação, dada a dimensão da área de intervenção, desde que contidos à propriedade particular.

A execução de trabalhos em áreas do domínio municipal só poderia ocorrer com a aprovação do projeto de arquitetura que, por sua vez, está condicionado à transmissão das parcelas municipais para o particular.

Não foi determinado o embargo das obras que decorriam ao abrigo da autorização emitida.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador Manuel Salgado

“4 - Em que momento (data) do processo é que os serviços municipais identificaram o erro de implantação referido em (vi)?”

Não se trata de um erro topográfico de implantação, mas sim de execução de trabalhos em domínio municipal e previstos tanto no projeto de arquitetura, como no projeto de escavação, sem que exista legitimidade para essa intervenção (permuta de terrenos).

Já só com a construção da contenção foi possível verificar que tinha sido executada a parte estrutural em terreno ainda municipal.

“5 - Identificado o erro referido em (vi) quais as diligencias tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa para a suspensão dos trabalhos ou embargo da obra?”

A suspensão dos trabalhos aconteceu no início de janeiro, tendo sido comunicado que a obra deveria parar nessa frente de trabalhos até haver decisão sobre a transmissão das parcelas de terreno.

“6 - Que razão determinou a não tomada de decisão de embargo?”

A ordem de paragem das obras foi imediatamente acatada, tornando o embargo desnecessário, situação confirmada por diversas vistorias efetuadas pela fiscalização municipal.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com os melhores cumprimentos,

O Vereador

Manuel Salgado

JCT/PS